

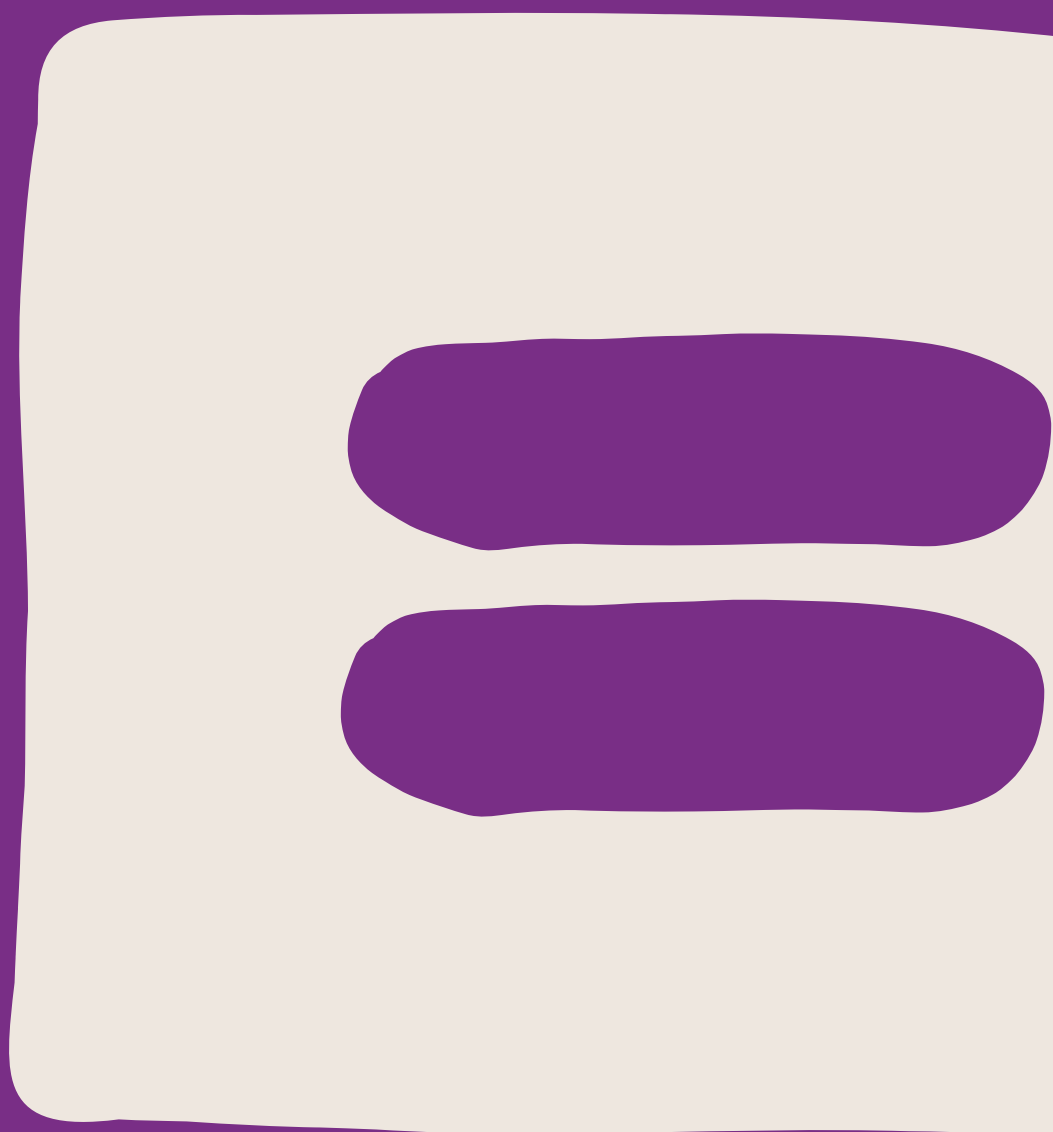


Caminhos da Proteção: conheça a Lei Maria da Penha

PT
EN
ES

Pathways to Protection:
Understanding the Maria
da Penha Law

Caminos de la Protección:
conozca la Ley Maria da Penha



Governo Federal

Presidente da República do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República do Brasil

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministra de Estado das Mulheres

Márcia Helena Carvalho Lopes

Universidade Federal do Ceará

Reitor

Custódio Luís Silva de Almeida

Vice-Reitora

Diana Cristina Silva de Azevedo

Coordenador Geral - Juá Clínica de Direitos da UFC

Rafael Vieira de Alencar

Vice-coordenadora - Juá Clínica de Direitos da UFC

Morgana Melca Braga Sampaio

Instituto Maria da Penha

Presidente

Fabíola Fernandes Heredia

Presidente de Honra

Maria da Penha

Vice-presidente

Regina Célia

Caminhos da Proteção: conheça a Lei Maria da Penha

**PT
EN
ES**

**Pathways to Protection:
Understanding the Maria
da Penha Law**

**Caminos de la Protección:
conozca la Ley Maria da Penha**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Secretaria de Comunicação e Marketing
Bibliotecário: Francisco Edvander Pires Santos (CRB-3/1212)

C183

Caminhos da proteção: conheça a Lei Maria da Penha / Organização: Rafael Vieira de Alencar, Morgana Melca Braga Sampaio e Francisco Norton Falcão Chaves; prefácio: Maria da Penha Maia Fernandes. – Fortaleza: Juá Clínica de Direitos da Universidade Federal do Ceará, 2025.

101 p.

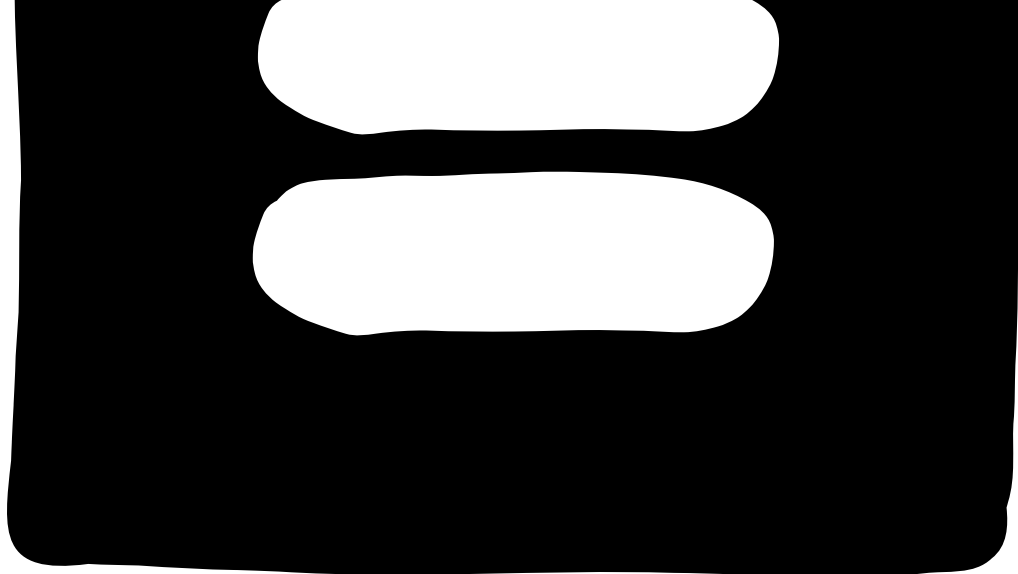
ISBN 978-85-7485-641-4

Título em inglês: *Pathways to protection: understanding the Maria da Penha law.*

Título em espanhol: *Caminos de la protección: conozca la Ley Maria da Penha.*

1. Direitos das mulheres. 2. Violência contra as mulheres. 3. Acesso à justiça. 4. Legislação brasileira. 5. Lei Maria da Penha. I. Alencar, Rafael Vieira de. II. Sampaio, Morgana Melca Braga. III. Chaves, Francisco Norton Falcão. IV. Fernandes, Maria da Penha Maia. V. Juá - Justiça e Autonomia: Clínica de Acesso a Direitos da Universidade Federal do Ceará. VI. Título.

CDD 342.087



Caminhos da Proteção: conheça a Lei Maria da Penha

**PT
EN
ES**

**Pathways to Protection:
Understanding the Maria
da Penha Law**

**Caminos de la Protección:
conozca la Ley Maria da Penha**



JUÁ

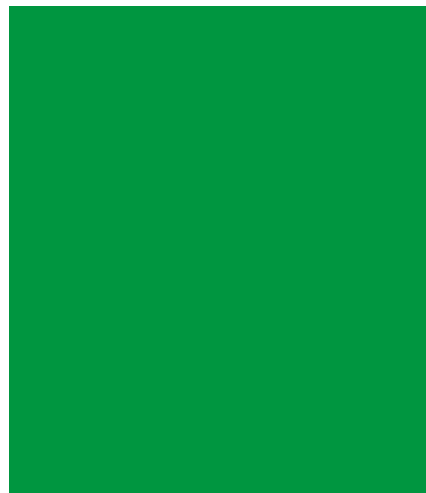
JUSTIÇA E AUTONOMIA

CLÍNICA DE ACESSO À DIREITOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**Caminhos da Proteção:
conheça a Lei Maria da Penha**

**Pathways to Protection:
Understanding the Maria
da Penha Law**

**Caminos de la Protección:
conozca la Ley Maria da Penha**



9

PT

Português

37

EN

English

64

ES

Español

JUÁ



PT

Português



Apresentação

A cartilha “Caminhos da Proteção: conheça a Lei Maria da Penha” é uma iniciativa da Juá Clínica de Direitos da Universidade Federal do Ceará, orientada pelo compromisso institucional de promover a educação em direitos humanos e o acesso qualificado à informação. A Lei Maria da Penha constitui um marco jurídico fundamental no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres, tendo estabelecido mecanismos de proteção, prevenção e responsabilização reconhecidos nacional e internacionalmente.

Entretanto, o pleno alcance da legislação depende da ampla disseminação de seus conteúdos e garantias. Nesse sentido, esta publicação busca ampliar o acesso ao texto legal, de forma clara e precisa, contribuindo para que mulheres, profissionais e instituições compreendam seus dispositivos e possam acioná-los sempre que necessário. O conhecimento da lei é um elemento indispensável para o fortalecimento das estruturas de proteção e para a promoção de ambientes seguros, igualitários e respeitosos.

Com o intuito de alcançar diferentes públicos, esta cartilha apresenta a Lei Maria da Penha em português, inglês e espanhol, assegurando que pessoas de diversas origens e contextos linguísticos possam compreender seus direitos e acessar os mecanismos previstos pela legislação brasileira. A iniciativa reforça o compromisso da UFC com a inclusão, a acessibilidade e a difusão de instrumentos essenciais à garantia da dignidade humana.

A Juá Clínica de Direitos reafirma, assim, sua dedicação ao fortalecimento das políticas de proteção às mulheres, ao enfrentamento às violências de gênero e à promoção de uma cultura institucional pautada no respeito e na equidade. Espera-se que este material contribua para ampliar o conhecimento, orientar ações e fortalecer redes de apoio, consolidando o papel da universidade pública na defesa dos direitos fundamentais.

Prof. Dr. Rafael Vieira de Alencar

Coordenador Geral da Juá - Clínica de Direitos da UFC

Morgana Melca Braga Sampaio

Vice-coordenadora da Juá - Clínica de Direitos da UFC



Com a Palavra: Maria da Penha

Em 2025, às vésperas de completar vinte anos da Lei 11.340, apresento às delegações dos países signatários da Convenção de Belém do Pará a versão atualizada e agora traduzida para o inglês e o espanhol da legislação que leva o meu nome. Esse material é fruto de uma articulação interinstitucional que também trabalha para a criação do **Memorial da Mulher Brasileira – Casa Maria da Penha**, a ser instalado no local onde ocorreram os fatos do meu caso. Este memorial simbolizará, de modo permanente, nossa defesa da memória, da verdade e da não repetição da violência contra as mulheres.

Minha história, como a de tantas outras mulheres, é marcada pela violência doméstica, pelo sentimento de impunidade e pela demora do Estado em oferecer respostas eficazes. Após sobreviver a duas tentativas de feminicídio e enfrentar quase duas décadas de injustiças, meu caso chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em 2001, o Relatório de Mérito determinou recomendações importantes, entre elas a necessidade de mudanças legislativas e de políticas públicas para garantir proteção efetiva às mulheres. Assim nasceu, em 2006, a Lei Maria da Penha, construída com a mobilização de juristas, organizações sociais e do movimento de mulheres. Desde então, muitas alterações foram feitas em seu texto, nem sempre realizadas com a devida escuta de setores importantes da sociedade. Uma das mais recentes, em 2025, passou a denominar formalmente a Lei Maria da Penha com o meu nome completo.



Neste período, o Brasil avançou: ampliamos mecanismos de proteção, fortalecemos redes de atendimento e demos visibilidade à violência de gênero como violação de direitos humanos. No entanto, os desafios de 2025 permanecem profundos. Ainda precisamos enfrentar a desinformação sobre a lei – que tem gerado novas violências, assegurar políticas públicas sólidas, reduzir as desigualdades no acesso à proteção e combater a resistência cultural que normaliza a violência contra as mulheres. Por isso, é essencial seguir oferecendo à sociedade informação íntegra e confiável sobre o meu caso e sobre a legislação. O site do Instituto Maria da Penha (www.institutomariadapenha.org.br) está disponível como fonte atualizada para quem deseja conhecer essa trajetória e compreender seu impacto no Brasil.

Apresentar esta versão traduzida da Lei Maria da Penha, em um encontro internacional como o MESECV, é reafirmar o compromisso do Brasil com a Convenção de Belém do Pará e com a cooperação entre países que defendem a vida das mulheres. Que esta lei — nascida da dor, construída na resistência e fortalecida pela solidariedade — continue a ultrapassar fronteiras, inspirando ações, prevenindo violências e salvando vidas.

Com esperança e compromisso,

Maria da Penha Maia Fernandes



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha).

(Redação dada pela Lei nº 15.212, de 2025)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacio-



nais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

TÍTULO II

DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe



cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

CAPÍTULO II

DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ri-



dicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

TÍTULO III

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;



II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal ;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.



CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada em caráter prioritário no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Segurança Pública (Susp), de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), e em outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente, quando for o caso. (Redação dada pela Lei nº 14.887, de 2024)

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

III - encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

§ 4º Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física,



sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços. (Vide Lei nº 13.871, de 2019) (Vigência)

§ 5º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor. (Vide Lei nº 13.871, de 2019) (Vigência)

§ 6º O ressarcimento de que tratam os §§ 4º e 5º deste artigo não poderá importar ônus de qualquer natureza ao patrimônio da mulher e dos seus dependentes, nem configurar atenuante ou ensejar possibilidade de substituição da pena aplicada. (Vide Lei nº 13.871, de 2019) (Vigência)

§ 7º A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso. (Incluído pela Lei nº 13.882, de 2019)

§ 8º Serão sigilosos os dados da ofendida e de seus dependentes matriculados ou transferidos conforme o disposto no § 7º deste artigo, e o acesso às informações será reservado ao juiz, ao Ministério Público e aos órgãos competentes do poder público. (Incluído pela Lei nº 13.882, de 2019)

CAPÍTULO III DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.



Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 10-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores - preferencialmente do sexo feminino - previamente capacitados. (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

I - salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar; (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

II - garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas; (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada. (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

§ 2º Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata esta Lei, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento: (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

I - a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterà os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida; (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

II - quando for o caso, a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial; (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)



III - o depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a gravação e a mídia integrar o inquérito. (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento perante o juízo competente da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável. (Redação dada pela Lei nº 13.894, de 2019)

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apar-



tado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VI-A - verificar se o agressor possui registro de porte ou posse de arma de fogo e, na hipótese de existência, juntar aos autos essa informação, bem como notificar a ocorrência à instituição responsável pela concessão do registro ou da emissão do porte, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); (Incluído pela Lei nº 13.880, de 2019)

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - qualificação da ofendida e do agressor;

II - nome e idade dos dependentes;

III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

IV - informação sobre a condição de a ofendida ser pessoa com deficiência e se da violência sofrida resultou deficiência ou agravamento de deficiência preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.836, de 2019)

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no §



1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

Art. 12-A. Os Estados e o Distrito Federal, na formulação de suas políticas e planos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, darão prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), de Núcleos Investigativos de Femicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher.

Art. 12-B. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

§ 1º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

§ 2º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

§ 3º A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes. (Incluído pela Lei nº 13.505, de 2017)

Art. 12-C. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida: (Redação dada pela Lei nº 14.188, de 2021)

I - pela autoridade judicial; (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

II - pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ou (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

III - pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)



§ 1º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o juiz será comunicado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

§ 2º Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

TÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido nesta Lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 14-A. A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

§ 1º Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.



(Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

§ 2º Iniciada a situação de violência doméstica e familiar após o ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável, a ação terá preferência no juízo onde estiver. (Incluído pela Lei nº 13.894, de 2019)

Art. 15. É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

I - do seu domicílio ou de sua residência;

II - do lugar do fato em que se baseou a demanda;

III - do domicílio do agressor.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público. (Vide ADI 7267)

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Art. 17-A. O nome da ofendida ficará sob sigilo nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. (Incluído pela Lei nº 14.857, de 2024)

Parágrafo único. O sigilo referido no caput deste artigo não abrange o nome do autor do fato, tampouco os demais dados do processo. (Incluído pela Lei nº 14.857, de 2024)

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA



Seção I

Disposições Gerais

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;

II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para o ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente; (Redação dada pela Lei nº 13.894, de 2019)

III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

IV - determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor. (Incluído pela Lei nº 13.880, de 2019)

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.



§ 4º As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou da apresentação de suas alegações escritas e poderão ser indeferidas no caso de avaliação pela autoridade de inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes. (Incluído pela Lei nº 14.550, de 2023)

§ 5º As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência. (Incluído pela Lei nº 14.550, de 2023)

§ 6º As medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes. (Incluído pela Lei nº 14.550, de 2023)

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor .

Seção II Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao



agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)

VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio. (Incluído pela Lei nº 13.984, de 2020)

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.



§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

§ 5º Nos casos previstos neste artigo, a medida protetiva de urgência poderá ser cumulada com a sujeição do agressor a monitoração eletrônica, disponibilizando-se à vítima dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação. (Incluído pela Lei nº 15.125, de 2025)

SEÇÃO III

DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA À OFENDIDA

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.



V - determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga. (Incluído pela Lei nº 13.882, de 2019)

VI – conceder à ofendida auxílio-aluguel, com valor fixado em função de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 (seis) meses. (Incluído pela Lei nº 14.674, de 2023)

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

SEÇÃO IV

DO CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS

PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)



Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 14.994, de 2024)

§ 1º A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

CAPÍTULO III

DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

CAPÍTULO IV

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em



situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

TÍTULO V

DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

TÍTULO VI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competên-



cias cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: (Vide Lei nº 14.316, de 2022)

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.



Art. 37. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38. As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 38-A. O juiz competente providenciará o registro da medida protetiva de urgência. (Incluído pela Lei nº 13.827, de 2019)

Parágrafo único. As medidas protetivas de urgência serão, após sua concessão, imediatamente registradas em banco de dados mantido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, garantido o acesso instantâneo do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos de segurança pública e de assistência social, com vistas à fiscalização e à efetividade das medidas protetivas. (Redação dada Lei nº 14.310, de 2022) Vigência

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 40. As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 40-A. Esta Lei será aplicada a todas as situações previstas no seu



art. 5º, independentemente da causa ou da motivação dos atos de violência e da condição do ofensor ou da ofendida. (Incluído pela Lei nº 14.550, de 2023)

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 42. O art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

Art. 43. A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... ” (NR)

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129.

.....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:



Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

.....

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Article 152.

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Rousseff

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.8.2006

JUÁ



EN
English



Introduction

The booklet “Paths to Protection: Understanding the Maria da Penha Law” is an initiative of the Juá Human Rights Clinic at the Federal University of Ceará, guided by the institution’s commitment to promoting human rights education and ensuring high-quality access to information. The Maria da Penha Law stands as a landmark framework for combating domestic and family violence against women, having established protective, preventive and accountability mechanisms recognized both nationally and internationally.

However, the law can only reach its full potential through broad dissemination of its provisions and guarantees. This publication seeks to expand access to the legal text in a clear and accurate manner, so that women, professionals and institutions can better comprehend their mechanisms and invoke them when necessary. Knowledge of the law is an indispensable element for strengthening protection systems and for promoting safe, equitable and respectful environments.

With a view to reaching diverse audiences, this booklet presents the Maria da Penha Law in Portuguese, English and Spanish, ensuring that people from different backgrounds and linguistic contexts can understand their rights and access the mechanisms put in place by Brazilian legislation. The initiative reinforces UFC’s commitment to inclusion, accessibility and the dissemination of instruments essential to safeguarding human dignity.

Through this publication, the Juá Human Rights Clinic reaffirms its dedication to strengthening policies for the protection of women, combating gender-based violence, and fostering an institutional culture based on respect and equity. It is our hope that this material contributes to expanding knowledge, guiding institutional efforts, and strengthening support systems, thereby consolidating the role of public universities in defending fundamental rights.

Prof. Dr. Rafael Vieira de Alencar

General Coordinator of Juá – UFC Human Rights Clinic

Morgana Melca Braga Sampaio

Deputy Coordinator of Juá – UFC Human Rights Clinic



With the floor, Maria da Penha

In 2025, as we approach the twentieth anniversary of Federal Law No. 11.340, it is my honor to present to the delegations of the Parties to the Belém do Pará Convention the updated version of the legislation that bears my name—now translated into English and Spanish. It is the result of an interinstitutional effort that is also working to establish the Memorial of the Brazilian Woman – Casa Maria da Penha, to be built at the site where the events of my case occurred. This memorial will stand as a lasting symbol of our commitment to memory, truth, and the non-repetition of violence against women.

My story, like that of so many other women, has been marked by domestic violence, by the sense of impunity, and by the State's delayed response in offering effective measures.

After surviving two attempted femicides and facing nearly two decades of injustices, my case reached the Inter-American Commission on Human Rights. In 2001, the Merits Report set forth important recommendations, including the need for legislative changes and public policy to ensure effective protection for women.

This led to the enactment of the Maria da Penha Law in 2006, built through the mobilization of legal experts, civil society organizations, and the women's movement.

Since then, many amendments have been made, not always with proper consultation of important sectors. One of the most recent, in 2025, formally designated the Maria da Penha Law with my full name.



During this period, Brazil has made progress: we have expanded protection mechanisms, strengthened support networks, and brought visibility to gender-based violence as a human rights violation. Yet the challenges of 2025 remain profound.

We still need to confront misinformation about the law—which has generated new forms of violence—ensure robust public policies, reduce inequalities in access to protection, and combat the cultural resistance that normalizes violence against women.

This is why it is essential to continue offering society accurate and reliable information about my case and about the legislation. The website of the Maria da Penha Institute is available as an up-to-date source for those who wish to learn about this history and understand its impact in Brazil: (www.institutomariadapenha.org.br).

Presenting this translated version of the Maria da Penha Law at an international gathering such as MESECV reaffirms Brazil's commitment to the Belém do Pará Convention and to cooperation among countries dedicated to safeguarding the lives of women.

May this law—born of pain, built through resistance, and strengthened by solidarity—continue to cross borders, inspire action, prevent violence, and save lives.

With hope and commitment,

Maria da Penha Maia Fernandes



**PRESIDENCY OF THE REPUBLIC
OFFICE OF THE SECRETARY-GENERAL
SUB-OFFICE FOR LEGAL AFFAIRS
FEDERAL LAW NO. 11.340 OF AUGUST 7, 2006**

Creates mechanisms to curb domestic and family violence against women, in accordance with Section 8 of Article 226 of the Federal Constitution, the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, and the Inter-American Convention on the Prevention, Punishment, and Eradication of Violence against Women; provides for the establishment of Domestic and Family Violence Courts; amends Decree-Laws No. 3,689 of October 3, 1941 (Code of Criminal Procedure) and No. 2,848 of December 7, 1940 (Penal Code), and Law No. 7,210 of July 11, 1984 (Law on the Execution of Sentences); and makes other provisions (Maria da Penha Law).

THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC I hereby make it known that the National Congress decrees and I sanction the following Law:

**TITLE I
PRELIMINARY PROVISIONS**

Article 1. This Law establishes mechanisms to curb and prevent domestic and family violence against women, in accordance with Section 8 of Article 226 of the Federal Constitution, the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, the Inter-American Convention on the Prevention, Punishment, and Eradication of Violence against Women, and other international treaties ratified by the Federative Republic of Brazil; provides for the creation of Domestic and Family Violence Courts; and establishes measures for the support and protection of women in situations of domestic and family violence.



Article 2. Every woman, regardless of class, race, ethnicity, sexual orientation, income, culture, educational level, age, or religion, is entitled to the fundamental rights inherent to the human person, being guaranteed opportunities and means to live free from violence, to preserve her physical and mental health, and to achieve moral, intellectual, and social development.

Article 3. Women shall be guaranteed the conditions necessary for the effective exercise of their rights to life, security, health, food, education, culture, housing, access to justice, sports, leisure, work, citizenship, freedom, dignity, respect, and family and community coexistence.

Section 1. Public authorities shall develop policies aimed at ensuring women's human rights within domestic and family relations, protecting them from all forms of neglect, discrimination, exploitation, violence, cruelty, and oppression.

Section 2. It is the responsibility of the family, society, and the public authorities to create the conditions necessary for the effective exercise of the rights set forth in the lead clause of this Article.

Article 4. In interpreting this Law, consideration shall be given to the social purposes it seeks to achieve and, in particular, to the specific conditions of women in situations of domestic and family violence.

TITLE II

DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE AGAINST WOMEN

CHAPTER I

GENERAL PROVISIONS

Article 5. For the purposes of this Law, domestic and family violence against women is defined as any action or omission based on gender that causes death, injury, physical, sexual, or psychological suffering, or moral or property damage:

I – within the domestic unit, to be understood herein as the space of permanent cohabitation among persons, with or without family ties, inclu-



ding those who are sporadically integrated into it;

II – within the family, to be understood herein as the community formed by individuals who are or consider themselves related, united by natural bonds, by affinity, or by expressed will;

III – in any intimate relationship of affection, in which the aggressor lives or has lived with the victim, regardless of cohabitation.

Sole Section. The personal relationships described in this Article are independent of sexual orientation.

Article 6. Domestic and family violence against women constitutes a form of violation of human rights.

CHAPTER II

FORMS OF DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE AGAINST WOMEN

Article 7. The forms of domestic and family violence against women include, without limitation:

I – physical violence, understood as any conduct that harms her bodily integrity or physical health;

II – psychological violence, understood as any conduct that causes emotional damage and a reduction of self-esteem, or that impairs or disturbs her full development, or that seeks to degrade or control her actions, behaviors, beliefs, and decisions, through threat, coercion, humiliation, manipulation, isolation, constant surveillance, persistent persecution, insult, blackmail, violation of privacy, ridicule, exploitation, restriction of freedom of movement, or any other means that harm her psychological health and self-determination;

III – sexual violence, understood as any conduct that compels her to witness, maintain, or participate in unwanted sexual relations through intimidation, threat, coercion, or use of force; that induces her to commer-



cialize or otherwise exploit her sexuality; that prevents her from using any contraceptive method; or that forces her into marriage, pregnancy, abortion, or prostitution through coercion, blackmail, bribery, or manipulation; or that limits or nullifies the exercise of her sexual and reproductive rights;

IV – property violence, understood as any conduct that involves the retention, subtraction, partial or total destruction of her objects, work instruments, personal documents, goods, valuables, rights, or economic resources, including those intended to meet her needs;

V – moral violence, understood as any conduct that constitutes slander, defamation, or insult.

TITLE III
SUPPORT TO WOMEN IN SITUATIONS OF DOMESTIC AND FAMILY
VIOLENCE
CHAPTER I
INTEGRATED PREVENTION MEASURES

Article 8. Public policy aimed at curbing domestic and family violence against women shall be implemented through a coordinated set of actions by the Union, the States, the Federal District, and the Municipalities, as well as by non-governmental initiatives, guided by the following principles:

I – operational integration among the Judiciary, the Public Prosecutor's Office, and the Public Defender's Office with the areas of public security, social assistance, health, education, labor, and housing;

II – promotion of studies, research, statistics, and other relevant information, with a gender and racial or ethnic perspective, concerning the causes, consequences, and frequency of domestic and family violence against women, in order to systematize data — to be unified nationally — and to periodically assess the results of the measures adopted;

III – respect, in the media, for the ethical and social values of the individual and the family, in order to suppress stereotyped roles that legitimize or



exacerbate domestic and family violence, in accordance with the provisions of item III of Article 1, item IV of Article 3, and item IV of Article 221 of the Federal Constitution;

IV – implementation of specialized police services for women, particularly in Women’s Police Stations (Delegacias de Atendimento à Mulher);

V – promotion and execution of educational campaigns to prevent domestic and family violence against women, targeting both schools and society in general, as well as dissemination of this Law and other instruments protecting women’s human rights;

VI – establishment of agreements, protocols, arrangements, terms, or other partnership instruments between government agencies or between these and non-governmental entities, aimed at implementing programs for the eradication of domestic and family violence against women;

VII – continuous training of the Civil and Military Police, the Municipal Guard, the Fire Department, and professionals working in the institutions and areas mentioned in item I, focusing on gender and racial or ethnic issues;

VIII – promotion of educational programs that disseminate ethical values of unconditional respect for human dignity, with a gender and racial or ethnic perspective;

IX – inclusion, in school curricula at all levels of education, of content related to human rights, gender and racial or ethnic equality, and the issue of domestic and family violence against women.

CHAPTER II

SUPPORT TO WOMEN IN SITUATIONS OF DOMESTIC AND FAMILY VIOLENCE

Article 9. Support to women in situations of domestic and family violence shall be provided as a priority within the Unified Health System (SUS) and the Unified Public Security System (Susp), in a coordinated manner and in accordance with the principles and guidelines set forth in Law No. 8.742



of December 7, 1993 (Organic Law on Social Assistance), as well as in other protection-related laws and public policies, and, when necessary, on an emergency basis.

Section 1. The judge shall determine, for a fixed period of time, the inclusion of women in situations of domestic and family violence in the registry of federal, state, and municipal support programs.

Section 2. The judge shall ensure that women in situations of domestic and family violence are guaranteed, in order to preserve their physical and psychological integrity:

I – priority access to reassignment when serving as public employees, whether in direct or indirect administration;

II – maintenance of employment, when necessary to leave the workplace, for a period of up to six months;

III – referral to legal aid services, when applicable, including for the possible filing of actions for judicial separation, divorce, annulment of marriage, or dissolution of a stable union before the competent court.

Section 3. Support to women in situations of domestic and family violence shall include access to the benefits of scientific and technological advancements, including emergency contraception, prophylaxis for Sexually Transmitted Diseases (STDs) and Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS), and other necessary and appropriate medical procedures in cases of sexual violence.

Section 4. Any person who, through action or omission, causes injury, physical, sexual, or psychological violence, or moral or property damage to a woman shall be obliged to compensate for all resulting damages, including reimbursing the Unified Health System (SUS), according to the SUS schedule, for the costs of health services provided for the full treatment of victims of domestic and family violence. The collected funds shall be allocated to the Health Fund of the federative entity responsible for the health units providing the services.



Section 5. The costs of security devices intended for use in cases of imminent danger, made available for the monitoring of victims of domestic or family violence under protective measures, shall be reimbursed by the aggressor.

Section 6. The reimbursements referred to in Sections 4 and 5 of this Article shall not impose any burden of any kind on the woman or her dependents, nor shall they constitute a mitigating factor or provide grounds for substituting the imposed sentence.

Section 7. Women in situations of domestic and family violence shall have priority in enrolling their dependents in the nearest basic education institution to their residence or in transferring them to such an institution, upon presentation of documentation proving the filing of a police report or an ongoing domestic and family violence case.

Section 8. The data of the victim and her dependents enrolled or transferred under the provisions of Section 7 of this Article shall be kept confidential, and access to this information shall be restricted to the judge, the Public Prosecutor's Office, and other competent public authorities.

CHAPTER III

POLICE RESPONSE

Article 10. In the event of imminent or actual domestic and family violence against a woman, the police authority who becomes aware of the occurrence shall immediately adopt the applicable legal measures.

Sole Section. The provision set forth in the lead clause of this Article also applies to violations of urgent protective measures that have been granted.

Article 10-A. Women in situations of domestic and family violence have the right to specialized, uninterrupted police and forensic support, provided by personnel—preferably female—who have received prior training.

Section 1. The questioning of women in situations of domestic and



family violence, or of witnesses to such violence, when it involves a crime against a woman, shall follow these guidelines:

I – safeguarding the physical, psychological, and emotional integrity of the person giving testimony, considering her particular condition as someone in a situation of domestic and family violence;

II – ensuring that, under no circumstances, the woman, her family members, or witnesses have direct contact with suspects, accused persons, or individuals related to them;

III – preventing re-victimization by avoiding repeated questioning about the same facts in criminal, civil, or administrative proceedings, as well as inquiries into the victim's private life.

Section 2. When questioning women in situations of domestic and family violence or witnesses to crimes addressed by this Law, the following procedure shall preferably be adopted:

I – questioning shall take place in a specially designed room, equipped appropriately according to the age of the woman or witness and the type and severity of the violence suffered;

II – when applicable, questioning shall be mediated by a professional specialized in domestic and family violence, appointed by the judicial or police authority;

III – the testimony shall be recorded by electronic or magnetic means, and both the transcript and the recording shall be included in the case file.

Article 11. In providing assistance to a woman in a situation of domestic and family violence, the police authority shall, among other measures:

I – guarantee police protection when necessary, immediately notifying the Public Prosecutor's Office and the Judiciary;

II – refer the victim to a hospital, health clinic, or the Medical Exami-



ner's Office;

III – provide transportation for the victim and her dependents to a shelter or safe location when there is risk to life;

IV – when necessary, accompany the victim to ensure the retrieval of her belongings from the scene or the family residence;

V – inform the victim of her rights under this Law and the available services, including legal aid for filing actions for judicial separation, divorce, annulment of marriage, or dissolution of a stable union before the competent court.

Article 12. In all cases of domestic and family violence against women, once the occurrence is recorded, the police authority shall immediately take the following steps, without prejudice to those provided in the Code of Criminal Procedure:

I – hear the victim, issue a police report, and record her formal statement, if presented;

II – collect all evidence that may clarify the facts and their circumstances;

III – within forty-eight (48) hours, send a separate report to the judge containing the victim's request for the granting of urgent protective measures;

IV – order a forensic medical examination of the victim and request any other necessary expert evaluations;

V – hear the aggressor and witnesses;

VI – order the identification of the aggressor and attach his criminal record to the case file, indicating the existence of any arrest warrants or other police reports;

VI-A – verify whether the aggressor possesses a firearm license or registration and, if so, include this information in the file and notify the compe-



tent institution responsible for issuing such licenses, in accordance with the Disarmament Statute (Law No. 10,826 of December 22, 2003);

VII – forward the police inquiry file to the judge and the Public Prosecutor’s Office within the legal timeframe.

Section 1. The victim’s request shall be formally recorded by the police authority and must include:

I – identification details of the victim and the aggressor;

II – name and age of dependents;

III – a brief description of the incident and the protective measures requested by the victim;

IV – information indicating whether the victim is a person with a disability and whether the violence resulted in a disability or the aggravation of a preexisting one.

Section 2. The police authority shall attach to this document the police report and copies of all documents in the victim’s possession.

Section 3. Medical reports or records issued by hospitals and health clinics shall be admissible as evidence.

Art. 12-A. The States and the Federal District, in developing their policies and plans for assisting women in situations of domestic and family violence, shall prioritize the establishment, within the Civil Police, of Women’s Police Stations (DEAMs), Femicide Investigation Units, and specialized teams for responding to and investigating serious acts of violence against women.

Article 12-B. [VETOED]

Section 1. [VETOED]



Section 2. [VETOED]

Section 3. The police authority may request those public services necessary for the protection of the woman in situations of domestic and family violence and of her dependents.

Article 12-C. When there is an actual or imminent risk to the life or physical or psychological integrity of a woman in a situation of domestic and family violence, or of her dependents, the aggressor shall be immediately removed from the home, residence, or place of coexistence with the victim:

I – by judicial authority;

II – by the chief of police, when the municipality is not the seat of a judicial district; or

III – by a police officer, when the municipality is not the seat of a judicial district and no chief of police is available at the time of the report.

Section 1. In the situations described in items II and III of this Article, the judge shall be notified within twenty-four (24) hours and shall decide, within the same period, whether to uphold or revoke the measure, notifying the Public Prosecutor's Office simultaneously.

Section 2. In cases involving risk to the victim's physical integrity or to the effectiveness of urgent protective measures, provisional release shall not be granted to the detainee.

TITLE IV

PROCEDURES

CHAPTER I

GENERAL PROVISIONS

Article 13. The rules set forth in the Codes of Criminal Procedure and Civil Procedure, as well as in specific legislation concerning children,



adolescents, and the elderly, shall apply to the proceedings, judgment, and enforcement of civil and criminal cases arising from acts of domestic and family violence against women, provided that they do not conflict with the provisions of this Law.

Article 14. Courts for Domestic and Family Violence Against Women, bodies of the Ordinary Justice system with both civil and criminal jurisdiction, may be established by the Union, the Federal District and Territories, and the States, to handle the proceedings, judgment, and enforcement of cases arising from acts of domestic and family violence against women.

Sole Section. Procedural acts may be carried out at night, as provided by the judicial organization rules.

Article 14-A. The victim has the option to file for divorce or dissolution of a domestic partnership in the Court for Domestic and Family Violence Against Women.

Section 1. Matters related to the division of property are excluded from the jurisdiction of the Courts for Domestic and Family Violence Against Women.

Section 2. If a situation of domestic and family violence arises after the filing of a divorce or dissolution action, the case shall be given priority in the court where it is pending.

Article 15. For civil cases governed by this Law, the competent court, at the victim's discretion, shall be:

- I – the court of her domicile or residence;
- II – the court of the place where the act giving rise to the claim occurred;
- III – the court of the aggressor's domicile.

Article 16. In public criminal actions that depend on the victim's



representation under this Law, withdrawal of representation shall only be allowed before the judge, in a hearing specifically scheduled for that purpose, before the filing of the indictment, and after the Public Prosecutor's Office has been heard.

Article 17. In cases of domestic and family violence against women, penalties consisting of basic food basket donations or other pecuniary penalties are prohibited, as well as the substitution of sentences that involve payment of fines alone.

Article 17-A. The name of the victim shall remain confidential in proceedings concerning crimes committed in the context of domestic and family violence against women.

Sole Section. The confidentiality referred to in the lead clause of this article does not extend to the name of the perpetrator, nor to other procedural data.

CHAPTER II

EMERGENCY PROTECTIVE MEASURES

SECTION I

GENERAL PROVISIONS

Article 18. Upon receiving the report containing the victim's request, the judge shall, within forty-eight (48) hours:

I – review the report and the request and decide on the emergency protective measures;

II – determine that the victim be referred to the legal aid service, when applicable, including for the filing of actions for judicial separation, divorce, annulment of marriage, or dissolution of a domestic partnership before the competent court;

III – notify the Public Prosecutor's Office to take the appropriate measures;



IV – order the immediate seizure of any firearm in the possession of the aggressor.

Article 19. Emergency protective measures may be granted by the judge, at the request of the Public Prosecutor's Office or upon the victim's petition.

Section 1. Emergency protective measures may be granted immediately, regardless of a hearing or prior opinion from the Public Prosecutor's Office, which must be promptly notified.

Section 2. Emergency protective measures may be applied individually or cumulatively and may be replaced at any time by others of greater effectiveness whenever the rights protected under this Law are threatened or violated.

Section 3. The judge may, at the request of the Public Prosecutor's Office or upon the victim's petition, grant new emergency protective measures or revise those already in place if deemed necessary for the protection of the victim, her family members, or her property, after hearing the Public Prosecutor's Office.

Section 4. Emergency protective measures shall be granted in summary proceedings based on the victim's statement before the police authority or on her written allegations, and may be denied if the authority determines there is no risk to the physical, psychological, sexual, property, or moral integrity of the victim or her dependents.

Section 5. Emergency protective measures shall be granted regardless of the criminal classification of the violence, the filing of a criminal or civil action, the existence of a police investigation, or the registration of a police report.

Section 6. Emergency protective measures shall remain in effect as long as there is a risk to the physical, psychological, sexual, property, or moral integrity of the victim or her dependents.

Article 20. At any stage of the police investigation or criminal proce-



edings, the aggressor's preventive detention may be ordered by the judge, either ex officio, at the request of the Public Prosecutor's Office, or upon the representation of the police authority.

Sole Section. The judge may revoke preventive detention if, during the proceedings, it is determined that the reasons for its continuation no longer exist, and may decree it again if new grounds arise.

Article 21. The victim shall be notified of all procedural acts relating to the aggressor, especially those concerning his entry into and release from detention, without prejudice to the notification of her legal counsel or public defender.

Sole Section. The victim shall not be required to deliver any summons or notification to the aggressor.

SECTION II

EMERGENCY PROTECTIVE MEASURES IMPOSED ON THE AGGRESSOR

Article 22. Upon determining that domestic or family violence against a woman has occurred under the terms of this Law, the judge may immediately impose on the aggressor, jointly or separately, the following emergency protective measures, among others:

I – suspension of the possession or restriction of the carrying of firearms, with notice to the competent authority, pursuant to Law No. 10.826 of December 22, 2003;

II – removal from the home, residence, or place of coexistence with the victim;

III – prohibition of certain behaviors, including:

a) approaching the victim, her family members, and witnesses, establishing a minimum distance between them and the aggressor;

b) contacting the victim, her family members, or witnesses by any



means of communication;

c) attending certain places, in order to preserve the victim's physical and psychological integrity;

IV – restriction or suspension of visits to minor dependents, after consultation with the multidisciplinary support team or equivalent service;

V – payment of provisional or temporary alimony;

VI – attendance by the aggressor at recovery and reeducation programs; and (Added by Law No. 13,984 of 2020)

VII – psychosocial monitoring of the aggressor, through individual and/or group support sessions. (Added by Law No. 13,984 of 2020)

Section 1. The measures referred to in this Article do not preclude the application of others provided for under current legislation whenever the victim's safety or the circumstances so require, and the measure must be communicated to the Public Prosecutor's Office.

Section 2. In the case of the measure set forth in item I, if the aggressor meets the conditions mentioned in the lead clause and subsections of Article 6 of Law No. 10,826 of December 22, 2003, the judge shall notify the respective agency, corporation, or institution of the emergency protective measures granted and shall determine the restriction of firearm carrying. The aggressor's immediate superior shall be responsible for enforcing the judicial order and may incur in the crimes of malfeasance or disobedience, as applicable, in the event of noncompliance.

Section 3. To ensure the effectiveness of the emergency protective measures, the judge may, at any time, request assistance from the police force.

Section 4. The provisions of the lead clause and Sections 5 and 6 of Article 461 of Law No. 5,869 of January 11, 1973 (Code of Civil Procedure) shall apply, as appropriate, to the cases provided for in this Article.



Section 5. In the cases provided for in this Article, the emergency protective measure may be combined with the requirement that the aggressor be subject to electronic monitoring, and a security device shall be made available to the victim to alert her to any potential approach by the aggressor. (Added by Law No. 15,125 of 2025)

SECTION III

EMERGENCY PROTECTIVE MEASURES FOR THE VICTIM

Article 23. The judge may, when necessary and without prejudice to other measures:

I – refer the victim and her dependents to an official or community protection or assistance program;

II – order that the victim and her dependents be returned to their home after the aggressor’s removal;

III – order the removal of the victim from the home, without prejudice to her rights regarding property, child custody, and alimony;

IV – order the judicial separation of the spouses;

V – order the enrollment of the victim’s dependents in the basic education institution closest to her residence, or their transfer to that institution, regardless of the availability of openings; (Added by Law No. 13,882 of 2019)

VI – grant the victim rental assistance, with the amount determined according to her social and economic vulnerability, for a period not exceeding six (6) months. (Added by Law No. 14,674 of 2023)

Article 24. To protect the assets of the marital union or those privately owned by the woman, the judge may, as a preliminary measure, determine the following, among others:

I – restitution of property unlawfully taken from the victim by the aggressor;



II – temporary prohibition on executing acts or contracts involving the purchase, sale, or lease of jointly owned property, unless expressly authorized by the court;

III – suspension of powers of attorney granted by the victim to the aggressor;

IV – requirement of a provisional bond, through judicial deposit, for compensation of material losses resulting from acts of domestic or family violence against the victim.

Sole Section. The judge shall notify the competent registry office for the purposes established in items II and III of this Article.

SECTION IV ON THE CRIME OF NONCOMPLIANCE WITH EMERGENCY PROTECTIVE MEASURES

Article 24-A. Failing to comply with a judicial decision that grants emergency protective measures provided for in this Law:

Penalty – imprisonment from two (2) to five (5) years, and fine.

Section 1. The characterization of the crime is independent of the civil or criminal jurisdiction of the judge who granted the measures.

Section 2. In the case of arrest in flagrante delicto, only a judicial authority may grant bail.

Section 3. The provisions of this Article do not exclude the application of other applicable sanctions.



CHAPTER III

THE ROLE OF THE PUBLIC PROSECUTOR'S OFFICE

Article 25. The Public Prosecutor's Office shall intervene, when not a party, in civil and criminal cases arising from domestic and family violence against women.

Article 26. It shall be incumbent upon the Public Prosecutor's Office, without prejudice to other responsibilities, in cases of domestic and family violence against women, when necessary:

I – to request police assistance and public services in health, education, social assistance, and security, among others;

II – to oversee public and private establishments providing services to women in situations of domestic and family violence, and to immediately adopt the administrative or judicial measures appropriate to any irregularities found;

III – to record cases of domestic and family violence against women.

CHAPTER IV

LEGAL ASSISTANCE

Article 27. In all procedural acts, whether civil or criminal, a woman in a situation of domestic and family violence shall be accompanied by an attorney, except as provided in Article 19 of this Law.

Article 28. Every woman in a situation of domestic and family violence is guaranteed access to the services of the Public Defender's Office or to Free Legal Aid, as provided by law, in both police and judicial proceedings, through specific and humane assistance.

TITLE V

MULTIDISCIPLINARY SUPPORT

Article 29. The Domestic and Family Violence Courts against Women that may be created may include a multidisciplinary assistance team composed of professionals specialized in the psychosocial, legal, and health fields.



Article 30. It shall be the responsibility of the multidisciplinary assistance team, in addition to other duties assigned by local legislation, to provide written reports to the judge, the Public Prosecutor's Office, and the Public Defender's Office, through reports or orally at hearings, and to carry out guidance, referral, prevention, and other activities directed toward the victim, the aggressor, and their families, with special attention to children and adolescents.

Article 31. When the complexity of the case requires a more thorough assessment, the judge may request the opinion of a specialized professional, as indicated by the multidisciplinary assistance team.

Article 32. The Judiciary, when preparing its budget proposal, may allocate funds for the creation and maintenance of the multidisciplinary assistance team, in accordance with the Budget Guidelines Law.

TITLE VI

TRANSITIONAL PROVISIONS

Article 33. Until the Domestic and Family Violence Courts against Women are structured, the criminal courts shall accumulate both civil and criminal jurisdiction to hear and judge cases arising from domestic and family violence against women, in accordance with the provisions of Title IV of this Law and supplemented by the relevant procedural legislation.

Sole Section. Priority shall be guaranteed in criminal courts for the processing and judgment of the cases referred to in the above lead clause.

TITLE VII

FINAL PROVISIONS

Article 34. The establishment of Domestic and Family Violence Courts against Women may be accompanied by the implementation of the necessary guardianships and legal assistance services.

Article 35. The Union, the Federal District, the States, and the Municipalities may establish and promote, within their respective jurisdictions: (See



Law No. 14,316 of 2022)

I – comprehensive and multidisciplinary service centers for women and their dependents in situations of domestic and family violence;

II – shelters for women and their minor dependents in situations of domestic and family violence;

III – police stations, public defender's units, health services, and forensic medical centers specialized in assisting women in situations of domestic and family violence;

IV – programs and campaigns to combat domestic and family violence;

V – education and rehabilitation centers for aggressors.

Article 36. The Union, the States, the Federal District, and the Municipalities shall adapt their agencies and programs to the guidelines and principles of this Law.

Article 37. The defense of the collective interests and rights provided for in this Law may be exercised concurrently by the Public Prosecutor's Office and by an association active in the field, duly constituted for at least one year, in accordance with civil legislation.

Sole Section. The requirement of prior constitution may be waived by the judge when it is determined that no other entity possesses adequate representation to file the collective action.

Article 38. Statistics on domestic and family violence against women shall be included in the official databases of the Justice and Security System in order to support the national system of data and information related to women.

Sole Section. The Public Security Secretariats of the States and of the Federal District may forward their criminal information to the database of the Ministry of Justice.



Article 38-A. The competent judge shall ensure the registration of the emergency protective measure.

Sole Section. Emergency protective measures shall be registered in a database maintained and regulated by the National Council of Justice, guaranteeing access to the Public Prosecutor's Office, the Public Defender's Office, and public security and social assistance bodies, with a view to ensuring oversight and effectiveness of the protective measures.

Article 39. The Union, the States, the Federal District, and the Municipalities, within their respective jurisdictions and in accordance with their Budget Guidelines Laws, may establish specific budget allocations, in each fiscal year, for the implementation of the measures set forth in this Law.

Article 40. The obligations established in this Law do not exclude others arising from the principles it adopts.

Article 40-A. This Law shall apply to all situations covered under Article 5, regardless of the cause or motivation of the acts of violence or the condition of the offender or the victim.

Article 41. Federal Law No. 9.099 of September 26, 1995, shall not apply to crimes committed with domestic and family violence against women, regardless of the penalty provided.

Article 42. Article 313 of Decree-Law No. 3.689 of October 3, 1941 (Code of Criminal Procedure), shall henceforth include the following item IV:

"Article 313.

.....

IV – if the crime involves domestic and family violence against a woman, under the specific law, to ensure enforcement of emergency protective measures." (NR)

Article 43. Subitem (f) of item II of Article 61 of Decree-Law No. 2.848



of December 7, 1940 (Penal Code), shall henceforth read as follows:

“Article 61.

.....

II -

.....

f) with abuse of authority or by taking advantage of domestic relations, cohabitation, or hospitality, or through violence against a woman under the specific law;

..... ” (NR)

Article 44. Article 129 of Decree-Law No. 2.848 of December 7, 1940 (Penal Code), shall henceforth read as follows:

Section 9. If the injury is committed against an ascendant, descendant, sibling, spouse, or partner, or someone with whom the offender cohabits or has cohabited, or by taking advantage of domestic relations, cohabitation, or hospitality:

Penalty – detention from three (3) months to three (3) years.

Section 11. In the case of Section 9 of this Article, the penalty shall be increased by one third if the crime is committed against a person with a disability.” (NR)

Article 45. Article 152 of Law No. 7.210 of July 11, 1984 (Law on Penal Enforcement), shall henceforth read as follows:

Sole Section. In cases of domestic violence against women, the judge may order the mandatory attendance of the aggressor in recovery and reeducation programs.” (NR)



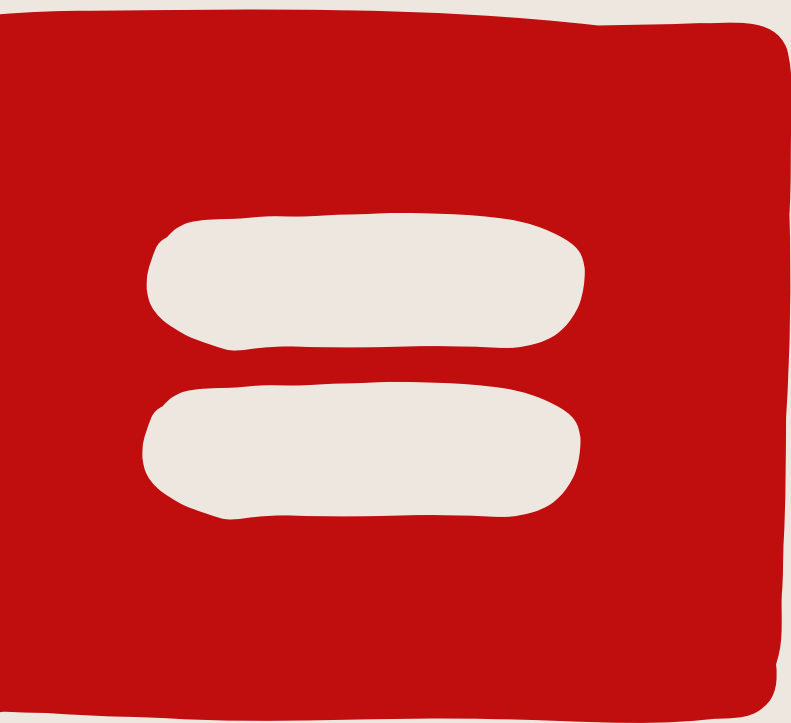
Article 46. This Law shall enter into force forty-five (45) days after its publication.

Brasília, August 7, 2006; 185th year of Independence and 118th year of the Republic.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Rousseff

This text does not replace the version published in the Official Gazette of August 8, 2006.

JUÁ



ES
Español



Introducción

El folleto “Camino de la Protección: Conociendo la Ley Maria da Penha” es una iniciativa de la Clínica de Derechos Humanos Juá de la Universidad Federal de Ceará, guiada por el compromiso de la institución con la promoción de la educación en derechos humanos y con garantizar un acceso a la información de alta calidad. La Ley Maria da Penha constituye un marco fundamental en la lucha contra la violencia doméstica y familiar contra las mujeres, al establecer mecanismos de protección, prevención y responsabilidad reconocidos tanto a nivel nacional como internacional.

Sin embargo, la ley solo puede alcanzar todo su potencial mediante una amplia difusión de sus disposiciones y garantías. Esta publicación busca ampliar el acceso al texto legal de manera clara y precisa, de modo que las mujeres, profesionales e instituciones puedan comprender mejor sus mecanismos e invocarlos cuando sea necesario. El conocimiento de la ley es un elemento indispensable para el fortalecimiento de los sistemas de protección y para la promoción de entornos seguros, equitativos y respetuosos.

Con el objetivo de llegar a públicos diversos, este folleto presenta la Ley Maria da Penha en portugués, inglés y español, garantizando que personas de distintos orígenes y contextos lingüísticos puedan comprender sus derechos y acceder a los mecanismos establecidos por la legislación brasileña. La iniciativa refuerza el compromiso de la UFC con la inclusión, la accesibilidad y la difusión de instrumentos esenciales para la salvaguarda de la dignidad humana.

A través de esta publicación, la Clínica de Derechos Humanos Juá reafirma su dedicación al fortalecimiento de las políticas de protección de las mujeres, al combate a la violencia de género y a la promoción de una cultura institucional basada en el respeto y la equidad. Esperamos que este material contribuya a ampliar el conocimiento, orientar los esfuerzos institucionales y fortalecer los sistemas de apoyo, consolidando así el papel de las universidades públicas en la defensa de los derechos fundamentales.

Prof. Dr. Rafael Vieira de Alencar

Coordinador General de Juá – Clínica de Derechos Humanos de la UFC

Morgana Melca Braga Sampaio

Coordinadora Adjunta de Juá – Clínica de Derechos Humanos de la UFC



Con la palabra, Maria da Penha

En 2025, al aproximarnos al vigésimo aniversario de la Ley Federal nº 11.340, es para mí un honor presentar a las delegaciones de los Estados Parte de la Convención de Belém do Pará la versión actualizada de la legislación que lleva mi nombre – ahora traducida al inglés y al español.

Es el resultado de un esfuerzo interinstitucional que también está trabajando para establecer el Memorial de la Mujer Brasileña – Casa Maria da Penha, que será construido en el lugar donde tuvieron lugar los hechos de mi caso. Este memorial se erigirá como un símbolo perdurable de nuestro compromiso con la memoria, la verdad y la no repetición de la violencia contra las mujeres.

Mi historia, como la de tantas otras mujeres, ha estado marcada por la violencia doméstica, por la sensación de impunidad y por la respuesta tardía del Estado a la hora de ofrecer medidas eficaces.

Tras sobrevivir a dos intentos de feminicidio y afrontar casi dos décadas de injusticias, mi caso llegó a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos. En 2001, el Informe de Fondo estableció importantes recomendaciones, incluida la necesidad de cambios legislativos y de políticas públicas para garantizar una protección efectiva para las mujeres.

Ello condujo a la promulgación de la Ley Maria da Penha en 2006, elaborada gracias a la movilización de especialistas jurídicos, organizaciones de la sociedad civil y el movimiento de mujeres.

Desde entonces, se han aprobado numerosas enmiendas, no siempre con la debida consulta a sectores relevantes. Una de las más recientes, en 2025, designó oficialmente la Ley Maria da Penha con mi nombre completo.



Durante este periodo, Brasil ha avanzado: hemos ampliado los mecanismos de protección, reforzado las redes de apoyo y otorgado visibilidad a la violencia de género como una violación de los derechos humanos. No obstante, los retos de 2025 siguen siendo profundos.

Aún es necesario combatir la desinformación sobre la ley – que ha generado nuevas formas de violencia –, garantizar políticas públicas sólidas, reducir las desigualdades en el acceso a la protección y afrontar la resistencia cultural que normaliza la violencia contra las mujeres.

Por ello resulta fundamental seguir ofreciendo a la sociedad información precisa y fiable sobre mi caso y sobre la legislación. La página web del Instituto Maria da Penha está disponible como una fuente actualizada para quienes deseen conocer esta historia y comprender su impacto en Brasil: (www.institutomariadapenha.org.br).

Presentar esta versión traducida de la Ley Maria da Penha en un encuentro internacional como el MESECV reafirma el compromiso de Brasil con la Convención de Belém do Pará y con la cooperación entre países dedicados a salvaguardar la vida de las mujeres.

Que esta ley – nacida del dolor, construida mediante la resistencia y fortalecida gracias a la solidaridad – siga traspasando fronteras, inspirando acciones, previniendo la violencia y salvando vidas.

Con esperanza y compromiso,

Maria da Penha Maia Fernandes



**PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, SECRETARÍA GENERAL, SUBJEFE DE
ASUNTOS JURÍDICOS**

LEY N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

(VÉASE LA LEY N° 14.149 DE 2021)

Crea mecanismos para frenar la violencia doméstica y familiar contra las mujeres, de conformidad con el artículo 226, apartado 8, de la Constitución Federal, la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer y la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer; prevé la creación de juzgados especializados en violencia doméstica y familiar contra las mujeres; modifica los Decretos Ley n.º 3.689, de 3 de octubre de 1941 (Código de Procedimiento Penal), n.º 2.848, de 7 de diciembre de 1940 (Código Penal), y la Ley n.º 7.210, de 11 de julio de 1984 (Ley de Ejecución Penal); y dispone otras medidas (Ley Maria da Penha). (Texto de la Ley n.º 15.212 de 2025)

El Presidente de la República anuncia por la presente que el Congreso Nacional decreta y yo sanciono la siguiente Ley:

TÍTULO I

DISPOSICIONES PRELIMINARES

Artículo 1. Esta Ley crea mecanismos para frenar y prevenir la violencia doméstica y familiar contra las mujeres, de conformidad con el párrafo 8 del artículo 226 de la Constitución Federal, la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Violencia contra la Mujer, la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer y



otros tratados internacionales ratificados por la República Federativa de Brasil; prevé la creación de Tribunales Especializados en Violencia Doméstica y Familiar contra las Mujeres; y establece medidas de asistencia y protección para las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar.

Artículo 2. Toda mujer, sin distinción de clase, raza, etnia, orientación sexual, ingresos, cultura, nivel educativo, edad y religión, goza de los derechos fundamentales inherentes a la persona humana, teniéndose garantizadas las oportunidades y facilidades para vivir sin violencia, preservar su salud física y mental, y su desarrollo moral, intelectual y social.

Artículo 3. Se garantizarán a las mujeres las condiciones para el ejercicio efectivo de sus derechos a la vida, la seguridad, la salud, la alimentación, la educación, la cultura, la vivienda, el acceso a la justicia, el deporte, el ocio, el trabajo, la ciudadanía, la libertad, la dignidad, el respeto y la vida familiar y comunitaria.

§ 1 Las autoridades públicas elaborarán políticas encaminadas a garantizar los derechos humanos de las mujeres en el ámbito de las relaciones domésticas y familiares, con el fin de protegerlas de todas las formas de abandono, discriminación, explotación, violencia, crueldad y opresión.

§ 2. Es responsabilidad de la familia, la sociedad y las autoridades públicas crear las condiciones necesarias para el ejercicio efectivo de los derechos enunciados en el encabezado.

Artículo 4. Al interpretar esta Ley, se tendrán en cuenta los fines sociales para los que está destinada y, especialmente, las condiciones particulares de las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar.

TÍTULO II

VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR CONTRA LAS MUJERES

CAPÍTULO I

DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 5. A los efectos de esta Ley, se define la violencia doméstica y familiar contra la mujer como cualquier acción u omisión basada en el gé-



nero que cause la muerte, lesiones, sufrimiento físico, sexual o psicológico, y daño moral o patrimonial: (Véase la Ley Complementaria N° 150 de 2015)

Yo - dentro de la unidad doméstica, entendida como el espacio donde las personas viven juntas de forma permanente, con o sin vínculos familiares, incluidos aquellos que se añaden esporádicamente;

II - dentro de la familia, entendida como la comunidad formada por individuos que están o se consideran relacionados, unidos por lazos naturales, por afinidad o por voluntad expresa;

III - en cualquier relación íntima de afecto, en la que el agresor vive o ha vivido con la víctima, independientemente de la convivencia.

Único párrafo. Las relaciones personales mencionadas en este artículo son independientes de la orientación sexual.

Artículo 6. La violencia doméstica y familiar contra la mujer constituye una de las formas de violación de los derechos humanos.

CAPÍTULO II

SOBRE LAS FORMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR CONTRA LAS MUJERES Artículo 7. La violencia doméstica y familiar contra la mujer incluye, entre otras cosas:

I - violencia física, entendida como cualquier conducta que atente contra su integridad física o su salud;

II - violencia psicológica, entendida como cualquier conducta que cause daño emocional y disminuya la autoestima, o que perjudique y perturbe el pleno desarrollo, o que tenga por objeto degradar o controlar acciones, comportamientos, creencias y decisiones, mediante amenazas, coacción, humillación, manipulación, aislamiento, vigilancia constante, persecución persistente, insultos, chantaje, ridículo, explotación y limitación del derecho de ir y venir, o cualquier otro medio que cause daño a la



salud psicológica y a la autodeterminación;

II - violencia psicológica, entendida como cualquier conducta que cause daño emocional y disminuya la autoestima, o que menoscabe y perturbe el pleno desarrollo, o que tenga por objeto degradar o controlar acciones, comportamientos, creencias y decisiones, mediante amenazas, coacción, humillación, manipulación, aislamiento, vigilancia constante, persecución persistente, insultos, chantaje, violación de la privacidad, ridiculización, explotación y limitación del derecho de libre circulación, o cualquier otro medio que cause daño a la salud psicológica y a la autodeterminación; (Texto dado por la Ley N° 13.772, de 2018)

III - violencia sexual, entendida como cualquier conducta que la obligue a presenciar, mantener o participar en relaciones sexuales no deseadas, mediante intimidación, amenaza, coacción o uso de la fuerza; que la induzca a comercializar o utilizar su sexualidad de cualquier manera, que le impida utilizar cualquier método anticonceptivo o que la fuerce a contraer matrimonio, embarazo, aborto o prostitución, mediante coacción, chantaje, soborno o manipulación; o que limite o anule el ejercicio de sus derechos sexuales y reproductivos;

IV - violencia contra la propiedad, entendida como cualquier conducta que constituya la retención, sustracción, destrucción parcial o total de sus objetos, herramientas de trabajo, documentos personales, bienes, objetos de valor y derechos o recursos económicos, incluidos aquellos destinados a satisfacer sus necesidades;

V - Violencia moral, entendida como cualquier conducta que constituya calumnia, difamación o injuria.

TÍTULO III

ASISTENCIA A MUJERES EN SITUACIONES DE VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR CAPÍTULO I

DE MEDIDAS DE PREVENCIÓN INTEGRADAS

Artículo 8. Las políticas públicas dirigidas a frenar la violencia domés-



tica y familiar contra las mujeres se implementarán mediante un conjunto coordinado de acciones por parte de la Unión, los Estados, el Distrito Federal y los Municipios, así como acciones no gubernamentales, guiadas por los siguientes principios:

I - la integración operativa del Poder Judicial, la Fiscalía y la Defensoría del Pueblo con las áreas de seguridad pública, asistencia social, salud, educación, trabajo y vivienda;

II - la promoción de estudios e investigaciones, estadísticas y otra información pertinente, desde una perspectiva de género y raza o etnia, sobre las causas, consecuencias y frecuencia de la violencia doméstica y familiar contra las mujeres, para la sistematización de datos, que se unificarán a nivel nacional, y la evaluación periódica de los resultados de las medidas adoptadas;

III - Respeto, en los medios de comunicación, a los valores éticos y sociales del individuo y de la familia, con el fin de frenar los roles estereotipados que legitiman o exacerban la violencia doméstica y familiar, de conformidad con lo dispuesto en el inciso III del artículo 1, el inciso IV del artículo 3 y el inciso IV del artículo 221 de la Constitución Federal;

IV - la implementación de servicios policiales especializados para mujeres, particularmente en comisarías de mujeres;

V - la promoción y aplicación de campañas educativas para prevenir la violencia doméstica y familiar contra las mujeres, dirigidas a los escolares y a la sociedad en general, y la difusión de esta Ley y de los instrumentos para la protección de los derechos humanos de las mujeres;

VI - la firma de acuerdos, protocolos, arreglos, términos u otros instrumentos para promover alianzas entre organismos gubernamentales o entre estos y entidades no gubernamentales, con el objetivo de implementar programas para erradicar la violencia doméstica y familiar contra las mujeres;

VII - la formación continua de la Policía Civil y Militar, la Guardia Municipal, el Cuerpo de Bomberos y los profesionales pertenecientes a los organismos y áreas enumerados en el punto I en relación con cuestiones de



género y raza o etnia;

VIII - la promoción de programas educativos que difundan valores éticos de respeto irrestricto a la dignidad de la persona humana desde una perspectiva de género, raza o etnia;

IX - el énfasis, en los planes de estudio escolares en todos los niveles de educación, en los contenidos relacionados con los derechos humanos, la igualdad de género y racial o étnica, y el problema de la violencia doméstica y familiar contra las mujeres.

CAPÍTULO II

ASISTENCIA A MUJERES EN SITUACIONES DE VIOLENCIA DOMÉSTICA Y FAMILIAR

Artículo 9. La asistencia a las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar se brindará de manera coordinada y de acuerdo con los principios y directrices establecidos en la Ley Orgánica de Asistencia Social, el Sistema Único de Salud, el Sistema Único de Seguridad Pública, entre otras normas y políticas de protección pública, y de manera urgente cuando sea necesario.

Artículo 9. La asistencia a las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar se brindará con carácter prioritario en el marco del Sistema Único de Salud (SUS) y del Sistema Único de Seguridad Pública (SUSP), de manera coordinada y conforme a los principios y directrices establecidos en la Ley N.º 8.742, de 7 de diciembre de 1993 (Ley Orgánica de Asistencia Social), y demás normas y políticas de protección pública, y de forma urgente cuando sea necesario. (Texto de la Ley N.º 14.887 de 2024)

§ 1 El juez determinará, por un período fijo, la inclusión de la mujer en situación de violencia doméstica y familiar en el registro de programas de asistencia de los gobiernos federal, estatal y municipal.

§ 2 El juez garantizará que las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar estén protegidas de lo siguiente, a fin de preservar su



integridad física y psicológica:

I - acceso prioritario a la reubicación cuando se trata de un funcionario público, parte de la administración directa o indirecta;

II - mantenimiento de la relación laboral, cuando sea necesario ausentarse del lugar de trabajo hasta por seis meses.

III - Remisión a asistencia jurídica gratuita, cuando proceda, incluso para la eventual presentación de una demanda de separación legal, divorcio, nulidad matrimonial o disolución de la unión estable ante el tribunal competente. (Incluido por la Ley N° 13.894, de 2019)

§ 3 La asistencia que se preste a las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar incluirá el acceso a los beneficios derivados del desarrollo científico y tecnológico, incluidos los servicios de anticoncepción de emergencia, la profilaxis de las enfermedades de transmisión sexual (ETS) y del síndrome de inmunodeficiencia adquirida (SIDA), y otros procedimientos médicos necesarios y apropiados en casos de violencia sexual.

§ 4. Quien, por acción u omisión, cause lesiones, violencia física, sexual o psicológica, y daño moral o patrimonial a una mujer, está obligado a resarcir todos los daños causados, incluyendo el reembolso al Sistema Único de Salud (SUS), según la tabla del SUS, por los costos relacionados con los servicios de salud prestados para el tratamiento integral de las víctimas en situaciones de violencia doméstica y familiar, y los recursos así recaudados se depositarán en el Fondo de Salud de la entidad federativa responsable de las unidades de salud que prestan los servicios. (Véase la Ley N° 13.871 de 2019) (Fecha de entrada en vigor)

§ 5. Los costos de los dispositivos de seguridad destinados a ser utilizados en casos de peligro inminente y puestos a disposición para la vigilancia de las víctimas de violencia doméstica o familiar protegidas por medidas de protección serán reembolsados por el agresor. (Véase la Ley N° 13.871, de 2019) (Fecha de entrada en vigor)

§ 6 La indemnización a que se refieren los §§ 4 y 5 de este artículo no podrá suponer ninguna carga sobre el patrimonio de la mujer y sus



dependientes, ni constituir una circunstancia atenuante ni dar lugar a la posibilidad de sustituir la pena impuesta. (Véase la Ley n.º 13.871 de 2019) (Fecha de entrada en vigor)

§ 7. Las mujeres víctimas de violencia doméstica y familiar tienen prioridad para matricular a sus dependientes en la institución de educación básica más cercana a su domicilio, o para trasladarlos a dicha institución, previa presentación de documentos que acrediten la denuncia policial o el procedimiento judicial en curso por violencia doméstica y familiar. (Incluido por la Ley N° 13.882, de 2019)

§ 8. Los datos de la víctima y sus dependientes inscritos o transferidos de conformidad con lo dispuesto en el § 7 de este artículo se mantendrán confidenciales, y el acceso a la información estará reservado al juez, al Ministerio Público y a las autoridades públicas competentes. (Incluido por la Ley N° 13.882, de 2019)

CAPÍTULO III

DEL SERVICIO PRESTADO POR LA AUTORIDAD POLICIAL

Artículo 10. En caso de violencia doméstica o familiar inminente o real contra la mujer, la autoridad policial que tenga conocimiento del hecho deberá adoptar inmediatamente las medidas legales pertinentes.

Párrafo único. Las disposiciones del encabezado de este artículo se aplican al incumplimiento de una medida de protección de emergencia que haya sido concedida.

Artículo 10-A. Es derecho de las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar recibir servicios policiales y forenses especializados e ininterrumpidos, prestados por agentes —preferiblemente mujeres— que hayan recibido capacitación previa. (Incluido en la Ley N° 13.505, de 2017)

§ 1 El interrogatorio de una mujer en situación de violencia doméstica o familiar, o de un testigo de violencia doméstica, cuando se trate de un delito contra la mujer, deberá ajustarse a las siguientes directrices: (Incluido por la Ley N° 13.505, de 2017)



Yo - salvaguardando la integridad física, psicológica y emocional de la testigo, considerando su condición particular como persona en situación de violencia doméstica y familiar; (Incluido por la Ley N° 13.505, de 2017)

II - garantizar que, bajo ninguna circunstancia, las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar, los miembros de la familia y los testigos tengan contacto directo con las personas investigadas o sospechosas de delitos y personas relacionadas con ellas; (Incluido por la Ley No. 13.505, de 2017)

III - No revictimización del testigo, evitando interrogatorios sucesivos sobre el mismo hecho en los ámbitos penal, civil y administrativo, así como interrogatorios sobre su vida privada. (Incluido por la Ley N° 13.505, de 2017)

§ 2 Al interrogar a una mujer en situación de violencia doméstica o familiar o a una testigo de delitos contemplados en esta Ley, preferiblemente se adoptará el siguiente procedimiento: (Incluido por la Ley N° 13.505, de 2017)

I - El interrogatorio se realizará en una sala específicamente acondicionada para tal efecto, la cual contará con el equipo apropiado a la edad de la mujer que sufre violencia doméstica o familiar o que actúa como testigo, y al tipo y gravedad de la violencia sufrida; (Incluido en la Ley N° 13.505, de 2017)

II - cuando corresponda, el interrogatorio será mediado por un profesional especializado en violencia doméstica y familiar designado por la autoridad judicial o policial; (Incluido por la Ley No. 13.505, de 2017)

III - La declaración se registrará electrónicamente o magnéticamente, y la transcripción y los medios deberán incluirse en la investigación. (Incluido por la Ley N° 13.505, de 2017)

Artículo 11. Al auxiliar a mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar, la autoridad policial deberá, entre otras medidas:

Yo - Para garantizar la protección policial, cuando sea necesario, no-



tificando inmediatamente a la Fiscalía y al Poder Judicial;

II - remitir a la víctima al hospital o centro de salud y al Instituto Médico Forense;

III - proporcionar transporte a la víctima y a sus dependientes a un refugio o lugar seguro cuando exista riesgo para la vida;

IV - si es necesario, acompañar a la víctima para asegurar el traslado de sus pertenencias del lugar del incidente o de la casa familiar;

V - informar a la víctima de los derechos que le confiere esta Ley y de los servicios disponibles.

V - Informar a la víctima de los derechos que le confiere esta Ley y de los servicios disponibles, incluida la asistencia jurídica para la eventual presentación ante el tribunal competente de una demanda de separación legal, divorcio, nulidad matrimonial o disolución de la unión estable. (Texto de la Ley N° 13.894, de 2019)

Artículo 12. En todos los casos de violencia doméstica y familiar contra la mujer, una vez denunciado el incidente, la autoridad policial deberá adoptar inmediatamente los siguientes procedimientos, sin perjuicio de los previstos en el Código de Procedimiento Penal:

Yo - escuchar a la víctima, redactar el informe policial y recibir una denuncia formal, si se presenta; II - reunir todas las pruebas que puedan servir para aclarar los hechos y sus circunstancias;

III - dentro de las 48 (cuarenta y ocho) horas, presentar un documento separado ante el juez con la solicitud de la víctima para que se otorguen medidas de protección urgentes;

IV - ordenar un examen médico forense de la víctima y solicitar otros exámenes periciales necesarios;

V - oír al agresor y a los testigos;



VI - ordenar la identificación del agresor y adjuntar al expediente del caso sus antecedentes penales, indicando la existencia de una orden de arresto o registro de otros incidentes policiales en su contra;

VI-A - verificar si el agresor posee un permiso de portación o posesión de armas de fuego y, de ser así, adjuntar esta información al expediente del caso, así como notificar a la institución responsable de otorgar el registro o expedir el permiso, de conformidad con la Ley N° 10.826, de 22 de diciembre de 2003 (Estatuto de Desarme) ; (Incluido por la Ley N° 13.880, de 2019)

VII - remitir el expediente de investigación policial al juez y a la Fiscalía dentro del plazo legal. § 1 La solicitud de la víctima será registrada por la autoridad policial y deberá contener: I - identificación de la víctima y del perpetrador;

II - Nombre y edad de los dependientes;

III - breve descripción del evento y las medidas de protección solicitadas por la víctima.

IV - Información relativa a si la víctima es una persona con discapacidad y si la violencia sufrida le ocasionó una discapacidad o el agravamiento de una discapacidad preexistente. (Incluido por la Ley N° 13.836, de 2019)

§ 2 La autoridad policial deberá adjuntar al documento a que se refiere el § 1 el informe policial y una copia de todos los documentos disponibles en posesión de la víctima.

§ 3 Los informes o registros médicos proporcionados por hospitales y centros de salud serán admitidos como prueba.

Artículo 12-A. Los Estados y el Distrito Federal, al formular sus políticas y planes para asistir a las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar, darán prioridad, dentro del ámbito de la Policía Civil, a la creación de Comisarías Especializadas para Mujeres (DEAM), Unidades de Investigación de Femicidio y equipos especializados para la atención e investigación de la violencia grave contra las mujeres.



Art. 12-B. (VETO). (Incluido por la Ley N° 13.505 de 2017)

§ 1 (VETO). (Incluido por la Ley N° 13.505, de 2017)

§ 2 (VETO). (Incluido por la Ley N° 13.505 de 2017)

§ 3 La autoridad policial podrá solicitar los servicios públicos necesarios para la defensa de las mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar y de sus dependientes. (Incluido por la Ley N° 13.505, de 2017)

Art. 12-C. Si existe un riesgo actual o inminente para la vida o la integridad física de una mujer en situación de violencia doméstica o familiar, o de sus dependientes, el agresor deberá ser inmediatamente expulsado del hogar, domicilio o lugar de convivencia con la víctima: (Incluido por la Ley No. 13.827, de 2019)

Art. 12-C. Si existe un riesgo actual o inminente para la vida o la integridad física o psicológica de una mujer en situación de violencia doméstica o familiar, o de sus dependientes, el agresor deberá ser inmediatamente expulsado del hogar, domicilio o lugar de convivencia con la víctima: (Texto de la Ley N° 14.188, de 2021)

Yo - por autoridad judicial; (Incluido por la Ley N° 13.827, de 2019)

II - por el jefe de policía, cuando el municipio no sea la sede de un distrito judicial; o (Incluido por la Ley N° 13.827 de 2019)

III - por el agente de policía, cuando el municipio no sea la sede de un distrito judicial y no haya jefe de policía disponible al momento de la denuncia. (Incluido por la Ley N° 13.827 de 2019)

§ 1 En los casos previstos en los apartados II y III del encabezado de este artículo, se notificará al juez en un plazo máximo de 24 (veinticuatro) horas, quien decidirá, dentro del mismo plazo, sobre el mantenimiento o la revocación de la medida aplicada, notificando simultáneamente a la Fiscalía. (Incluido por la Ley n.º 13.827, de 2019)



§ 2 En casos de riesgo para la integridad física de la víctima o para la eficacia de la medida de protección de emergencia, no se concederá la libertad provisional al detenido. (Incluido por la Ley N° 13.827, de 2019)

TÍTULO IV

DE LOS PROCEDIMIENTOS

CAPÍTULO I

DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 13. Las normas del Código de Procedimiento Penal, del Código de Procedimiento Civil y la legislación específica relativa a los niños, adolescentes y ancianos, en la medida en que no entren en conflicto con las disposiciones de esta Ley, se aplicarán a los procedimientos, juicios y ejecución de causas civiles y penales derivadas de actos de violencia doméstica y familiar contra las mujeres.

Artículo 14. La Unión, en el Distrito Federal y en los Territorios, y los Estados, podrán crear Tribunales especializados en violencia doméstica y familiar contra la mujer, órganos del Sistema de Justicia Ordinario con jurisdicción civil y penal, para el procesamiento, juicio y ejecución de los casos derivados de la práctica de la violencia doméstica y familiar contra la mujer.

Párrafo único. Los actos procesales podrán realizarse de noche, según lo previsto en las normas de organización judicial.

Artículo 14-A. La víctima tiene la opción de solicitar el divorcio o la disolución de la unión estable ante el Juzgado de Familia especializado en violencia doméstica contra la mujer. (Incluido por la Ley N° 13.894 de 2019)

§ 1. Las reclamaciones relativas a la división de bienes quedan excluidas de la competencia de los Juzgados de Familia y Asuntos Domésticos contra la Mujer. (Incluido por la Ley N° 13.894, de 2019)

§ 2. Si la situación de violencia doméstica y familiar comienza después de la presentación de una demanda de divorcio o disolución de unión



estable, la demanda tendrá prioridad en el juzgado donde se encuentre. (Incluido por la Ley N° 13.894, de 2019)

Artículo 15. Los siguientes tribunales tendrán jurisdicción, a elección de la parte perjudicada, sobre los procedimientos civiles regidos por esta Ley:

Yo - desde su domicilio o residencia;

II - el lugar donde ocurrió el hecho en el que se basa la reclamación;

III - el domicilio del agresor.

Artículo 16. En los procedimientos penales públicos condicionados a la denuncia de la víctima, según lo previsto en esta Ley, la renuncia a la denuncia solo será admisible ante el juez, en una audiencia específicamente designada para tal efecto, antes de que se admita la acusación formal y después de oír al Ministerio Público. (Véase ADI 7267)

Artículo 17. En los casos de violencia doméstica y familiar contra la mujer, se prohíbe la aplicación de penas tales como cestas de alimentos u otras formas de compensación monetaria, así como la sustitución de una pena que implique únicamente el pago de una multa.

Artículo 17-A. El nombre de la víctima se mantendrá confidencial en los procedimientos de investigación de delitos cometidos en el contexto de violencia doméstica y familiar contra la mujer. (Incluido por la Ley N° 14.857 de 2024)

Único párrafo. La confidencialidad a la que se refiere el título de este artículo no abarca el nombre del autor ni otros detalles del procedimiento. (Incluido por la Ley n.º 14.857 de 2024)



CAPÍTULO II

SOBRE MEDIDAS DE PROTECCIÓN URGENTES

SECCIÓN I

DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 18. Una vez recibido el expediente que contenga la solicitud de la víctima, el juez deberá, dentro de las 48 (cuarenta y ocho) horas siguientes:

Yo - revisaré el expediente y la solicitud y decidiré sobre las medidas de protección urgentes; II - determinar la remisión de la víctima a la agencia de asistencia jurídica, cuando corresponda;

II - determinar la remisión de la víctima a la agencia de asistencia jurídica, cuando corresponda, incluso para la presentación de una demanda de separación legal, divorcio, nulidad matrimonial o disolución de una unión estable ante el tribunal competente; (Texto dado por la Ley N° 13.894, de 2019)

III - notificar a la Fiscalía para que adopte las medidas pertinentes.

IV - ordenar la incautación inmediata de cualquier arma de fuego que esté en posesión del agresor. (Incluido por la Ley N° 13.880 de 2019)

Artículo 19. El juez podrá conceder medidas de protección de emergencia a petición del Ministerio Público o de la víctima.

§ 1. Se podrán conceder medidas de protección de emergencia inmediatamente, independientemente de una audiencia con las partes o de una declaración de la Fiscalía, que deberá ser notificada sin demora.

§ 2. Las medidas de protección de emergencia se aplicarán de forma individual o acumulativa y podrán ser sustituidas en cualquier momento por otras medidas más eficaces, siempre que los derechos reconocidos en esta Ley se vean amenazados o violados.

§ 3 El juez podrá, a petición del Ministerio Público o a petición de la



víctima, conceder nuevas medidas de protección urgentes o revisar las ya concedidas, si lo considera necesario para proteger a la víctima, a sus familiares y a sus bienes, previa audiencia del Ministerio Público.

§ 4. Las medidas de protección de emergencia se otorgarán en un procedimiento sumario con base en la declaración de la víctima ante la autoridad policial o la presentación de sus alegaciones por escrito, y podrán denegarse si la autoridad considera que no existe riesgo para la integridad física, psicológica, sexual, patrimonial o moral de la víctima o de sus dependientes. (Incluido por la Ley N° 14.550 de 2023)

§ 5. Se otorgarán medidas de protección de emergencia independientemente de la clasificación penal de la violencia, la interposición de una acción penal o civil, la existencia de una investigación policial o la presentación de una denuncia policial. (Incluido por la Ley N° 14.550 de 2023)

§ 6. Las medidas de protección de emergencia se mantendrán vigentes mientras exista riesgo para la integridad física, psicológica, sexual, patrimonial o moral de la víctima o de sus dependientes. (Incluido por la Ley N° 14.550 de 2023)

Artículo 20. En cualquier etapa de la investigación policial o del procedimiento penal, el juez podrá ordenar de oficio la detención preventiva del agresor, a petición del Ministerio Público o a solicitud de la autoridad policial.

Párrafo único. El juez podrá revocar la prisión preventiva si, durante el transcurso del proceso, considera que ya no existe motivo para su continuación, así como ordenarla nuevamente si surgen razones que la justifiquen.

Artículo 21. La víctima deberá ser notificada de los actos procesales relativos al agresor, especialmente los concernientes al ingreso y la liberación de prisión, sin perjuicio de la notificación al abogado designado o al defensor público.

Único párrafo. La víctima no podrá entregar una citación o notificación al agresor



SECCIÓN II

MEDIDAS DE PROTECCIÓN DE EMERGENCIA

QUE OBLIGAN AL AGRESOR

Artículo 22. Al encontrar evidencia de violencia doméstica y familiar contra la mujer, según se define en esta Ley, el juez podrá aplicar inmediatamente, al agresor, conjunta o separadamente, las siguientes medidas de protección urgentes, entre otras:

I - suspensión de la posesión o restricción del porte de armas, con notificación a la autoridad competente, de conformidad con la Ley No. 10.826, de 22 de diciembre de 2003;

II - traslado del hogar, domicilio o lugar de convivencia con la víctima;

III - Prohibición de ciertas conductas, entre ellas:

a) acercarse a la víctima, a sus familiares y a los testigos, estableciendo una distancia mínima entre ellos y el agresor;

b) contactar a la víctima, a sus familiares y a los testigos a través de cualquier medio de comunicación;

c) frecuentar ciertos lugares con el fin de preservar la integridad física y psicológica de la víctima;

IV - restricción o suspensión de visitas a menores dependientes, previa consulta con el equipo de atención multidisciplinario o servicio similar;

V - provisión de pensión alimenticia provisional o temporal.

VI – la asistencia del agresor a programas de recuperación y reeducación; y (Incluido por la Ley No. 13.984, de 2020)

VII – Apoyo psicosocial al agresor, mediante sesiones de apoyo individuales y/o grupales. (Incluido por la Ley N° 13.984, de 2020)



§ 1 Las medidas a que se refiere este artículo no excluyen la aplicación de otras medidas previstas en la legislación vigente, siempre que la seguridad de la víctima o las circunstancias así lo requieran, y la medida deberá comunicarse a la Fiscalía.

§ 2 En caso de aplicación del inciso I, si el agresor se encuentra en las condiciones mencionadas en el encabezado y los incisos del artículo 6 de la Ley N° 10.826, de 22 de diciembre de 2003, el juez comunicará al organismo, corporación o institución correspondiente las medidas de protección urgentes otorgadas y ordenará la restricción del porte de armas, siendo el superior inmediato del agresor responsable del cumplimiento de la orden judicial, bajo pena de incurrir en los delitos de perversión o desobediencia, según sea el caso.

§ 3. Para garantizar la eficacia de las medidas de protección de emergencia, el juez podrá solicitar asistencia de la fuerza policial en cualquier momento.

§ 4. Las disposiciones del encabezado y los §§ 5 y 6 del artículo 461 de la Ley No. 5.869, de 11 de enero de 1973 (Código de Procedimiento Civil), se aplicarán a los casos previstos en este artículo, según corresponda.

§ 5 En los casos previstos en este artículo, la medida de protección de emergencia podrá combinarse con el sometimiento del agresor a vigilancia electrónica, dotándolo de un dispositivo de seguridad a la víctima que le alerte de su posible aproximación. (Incluido por la Ley n.º 15.125, de 2025)

SECCIÓN III

MEDIDAS DE PROTECCIÓN DE EMERGENCIA PARA LA VÍCTIMA

Artículo 23. El juez podrá, cuando sea necesario, sin perjuicio de otras medidas:

Yo - remito a la víctima y a sus dependientes a un programa oficial o comunitario de protección o apoyo;

II - ordenar el regreso de la víctima y sus dependientes a sus respecti-



vos hogares, después de la expulsión del agresor;

III - ordenar el desalojo de la víctima del domicilio, sin perjuicio de sus derechos relativos a la propiedad, la custodia de los hijos y la pensión alimenticia;

IV - determinar la separación de los cuerpos.

V - Determinar la inscripción de los dependientes de la víctima en la institución de educación básica más cercana a su domicilio, o su traslado a dicha institución, independientemente de la existencia de vacantes. (Incluido por la Ley N° 13.882, de 2019)

VI – Conceder a la víctima una ayuda para el alquiler, por un importe fijado en función de su situación de vulnerabilidad socioeconómica, por un período no superior a seis (6) meses. (Incluido en la Ley n.º 14.674 de 2023)

Artículo 24. Para la protección de los bienes de la sociedad conyugal o de los bienes de propiedad privada de la esposa, el juez podrá, con carácter preliminar, ordenar, entre otras, las siguientes medidas:

I - restitución de los bienes indebidamente tomados por el agresor de la víctima;

II - prohibición temporal de la ejecución de actos y contratos de compraventa y arrendamiento de bienes en copropiedad, salvo autorización judicial expresa;

III - suspensión de los poderes otorgados por la víctima al agresor;

IV - constitución de garantía provisional, mediante depósito judicial, por pérdidas materiales y daños resultantes de la práctica de violencia doméstica y familiar contra la víctima.

Párrafo único. El juez notificará a la oficina de registro competente para los fines establecidos en los apartados II y III de este artículo.



SECCIÓN IV

(Incluida por la Ley N° 13.641 de 2018)

El delito de violar

las medidas de protección de emergencia

Artículo 24-A. Incumplimiento de una orden judicial que concede medidas cautelares urgentes previstas en esta Ley: (Incluido por la Ley N° 13.641 de 2018)

Pena: prisión de tres (3) meses a dos (2) años. (Incluido en la Ley N° 13.641, de 2018) Pena: prisión de dos a cinco años y multa. (Texto establecido en la Ley N° 14.994 de 2024)

§ 1 La configuración del delito es independiente de la competencia civil o penal del juez que dictó las medidas. (Incluido por la Ley N° 13.641, de 2018)

§ 2 En caso de detención en flagrante delito, únicamente la autoridad judicial podrá conceder la libertad bajo fianza. (Incluido por la Ley N° 13.641, de 2018)

§ 3 Lo dispuesto en este artículo no excluye la aplicación de otras sanciones aplicables. (Incluido por la Ley N° 13.641 de 2018)

CAPÍTULO III

EL PAPEL DE LA FISCALÍA

Artículo 25. La Fiscalía intervendrá, cuando no sea parte, en los casos civiles y penales derivados de violencia doméstica y familiar contra la mujer.

Artículo 26. La Fiscalía, sin perjuicio de sus demás obligaciones, en los casos de violencia doméstica y familiar contra la mujer, cuando sea necesario:



Yo - solicito servicios policiales y públicos como salud, educación, asistencia social y seguridad, entre otros;

II - inspeccionar los establecimientos públicos y privados que prestan servicios a mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar, y adoptar inmediatamente las medidas administrativas o judiciales apropiadas respecto de cualquier irregularidad encontrada;

III - registrar los casos de violencia doméstica y familiar contra las mujeres.

CAPÍTULO IV

EN RELACIÓN CON LA ASISTENCIA JURÍDICA

Artículo 27. En todos los actos procesales, tanto civiles como penales, una mujer en situación de violencia doméstica y familiar debe estar acompañada por un abogado, salvo lo dispuesto en el artículo 19 de esta Ley.

Artículo 28. A todas las mujeres que sufren violencia doméstica y familiar se les garantiza el acceso a los servicios de la Defensoría Pública o a la asistencia jurídica gratuita, según lo previsto por la ley, en los ámbitos policial y judicial, mediante un trato específico y humano.

TÍTULO V

DEL EQUIPO DE ATENCIÓN MULTIDISCIPLINARIA

Artículo 29. Los Tribunales de Violencia Doméstica y Familiar contra la Mujer que se creen podrán contar con un equipo de atención multidisciplinario, integrado por profesionales especializados en los ámbitos psicosocial, jurídico y sanitario.

Artículo 30. El equipo de atención multidisciplinario es responsable, entre otras funciones que le asigna la legislación local, de proporcionar informes escritos al juez, al Ministerio Público y a la Defensoría Pública, ya sea a través de informes periciales o verbalmente en las audiencias, y de



desarrollar orientación,

derivación, prevención y otras medidas dirigidas a la víctima, al agresor y a sus familias, con especial atención a los niños y adolescentes.

Artículo 31. Cuando la complejidad del caso requiera una evaluación más exhaustiva, el juez podrá ordenar una consulta con un especialista, según lo indique el equipo de atención multidisciplinario.

Artículo 32. El Poder Judicial, al preparar su propuesta de presupuesto, podrá asignar recursos para la creación y el mantenimiento de un equipo de apoyo multidisciplinario, de conformidad con la Ley de Directrices Presupuestarias.

TÍTULO VI

DISPOSICIONES TRANSITORIAS

Artículo 33. Hasta que se estructuren los Tribunales de Violencia Doméstica y Familiar contra la Mujer, los tribunales penales acumularán jurisdicción civil y penal para conocer y juzgar los casos derivados de la práctica de violencia doméstica y familiar contra la mujer, observando lo dispuesto en el Título IV de esta Ley, complementado por la legislación procesal pertinente.

Único párrafo. Se garantizará el derecho de preferencia, en los tribunales penales, para el procesamiento y juicio de las causas a que se refiere el encabezado.

TÍTULO VII

DISPOSICIONES FINALES

Artículo 34. El establecimiento de Tribunales de Violencia Doméstica y Familiar contra la Mujer podrá ir acompañado de la implementación de las oficinas de tutela y los servicios de asistencia jurídica necesarios.



Artículo 35. La Unión, el Distrito Federal, los Estados y los Municipios podrán crear y promover, dentro de los límites de sus respectivas competencias: (Véase la Ley N° 14.316 de 2022)

I - centros de atención integral y multidisciplinaria para mujeres y sus dependientes en situaciones de violencia doméstica y familiar;

II - refugios para mujeres y sus menores dependientes en situaciones de violencia doméstica y familiar;

III - comisarías de policía, oficinas de defensores públicos, servicios de salud y centros médico forenses especializados en asistir a mujeres en situaciones de violencia doméstica y familiar;

IV - programas y campañas para combatir la violencia doméstica y familiar;

V - Centros de educación y rehabilitación para delincuentes.

Artículo 36. La Unión, los Estados, el Distrito Federal y los Municipios promoverán la adaptación de sus organismos y programas a las directrices y principios de esta Ley.

Artículo 37. La defensa de los intereses y derechos transindividuales previstos en esta Ley podrá ser ejercida simultáneamente por la Fiscalía y por una asociación que opere en la zona, debidamente constituida durante al menos un año, de conformidad con el derecho civil.

Párrafo único. El requisito de constitución previa podrá ser dispensado por el juez cuando considere que no existe otra entidad con representación adecuada para interponer la demanda colectiva.

Artículo 38. Las estadísticas sobre violencia doméstica y familiar contra las mujeres se incluirán en las bases de datos de los órganos oficiales del Sistema de Justicia y Seguridad con el fin de apoyar el sistema nacional de datos e información relativos a las mujeres.



Único párrafo. Las Secretarías de Seguridad Pública de los Estados y del Distrito Federal podrán remitir su información criminal a la base de datos del Ministerio de Justicia.

Artículo 38-A. El juez competente dispondrá la inscripción de la medida de protección de emergencia. (Incluido por la Ley N° 13.827 de 2019)

Párrafo único. Las medidas de protección de emergencia se registrarán en una base de datos mantenida y regulada por el Consejo Nacional de Justicia, garantizando el acceso a la Fiscalía, la Defensoría del Pueblo y los organismos de seguridad pública y asistencia social, con el fin de supervisar y asegurar la eficacia de dichas medidas. (Incluido por la Ley N° 13.827 de 2019)

Párrafo único. Las medidas de protección de emergencia, una vez otorgadas, se registrarán de inmediato en una base de datos mantenida y regulada por el Consejo Nacional de Justicia, garantizando el acceso instantáneo a la Fiscalía, la Defensoría del Pueblo y los organismos de seguridad pública y asistencia social, con el fin de supervisar y asegurar la eficacia de dichas medidas. (Texto de la Ley n.º 14.310, de 2022) Fecha de entrada en vigor

Artículo 39. La Unión, los Estados, el Distrito Federal y los Municipios, dentro de los límites de sus poderes y de conformidad con sus respectivas leyes de orientación presupuestaria, podrán establecer asignaciones presupuestarias específicas en cada ejercicio fiscal para la aplicación de las medidas establecidas en esta Ley.

Artículo 40. Las obligaciones establecidas en esta Ley no excluyen otras obligaciones que surjan de los principios adoptados en la misma.

Artículo 40-A. Esta Ley se aplicará a todas las situaciones previstas en su artículo 5, independientemente de la causa o motivación de los actos de violencia y de la condición del agresor o de la víctima. (Incluido por la Ley N° 14.550, de 2023)

Artículo 41. La Ley No. 9.099 del 26 de septiembre de 1995 no se aplica a los delitos cometidos con violencia doméstica y familiar contra las



mujeres, independientemente de la pena prescrita.

Artículo 42. El artículo 313 del Decreto-Ley N° 3.689, de 3 de octubre de 1941 (Código de Procedimiento Penal), incluirá ahora el siguiente inciso IV:

“Art. 313.

.....

IV - si el delito implica violencia doméstica y familiar contra la mujer, en los términos de la ley específica, garantizar la ejecución de medidas de protección urgentes.” (NR)

Artículo 43. El inciso f del apartado II del artículo 61 del Decreto-Ley n.º 2.848, de 7 de diciembre de 1940 (Código Penal), quedará redactado como sigue:

“Art. 61.

.....

II -

.....

f) con abuso de autoridad o aprovechamiento de relaciones domésticas, de convivencia o de hospitalidad, o con violencia contra las mujeres según lo define la ley específica;

.....” (NR)

Artículo 44. El artículo 129 del Decreto-Ley N° 2.848, de 7 de diciembre de 1940 (Código Penal), se modifica como sigue:

“Art. 129.

.....



§ 9. Si el daño se comete contra un ascendiente, descendiente, hermano, cónyuge o pareja, o alguien con quien el perpetrador vive o ha vivido, o si el perpetrador se aprovecha de relaciones domésticas, de convivencia o de hospitalidad:

Pena: prisión, de 3 (tres) meses a 3 (tres) años.

.....

§ 11. En el caso del § 9 de este artículo, la pena se incrementará en un tercio si el delito se comete contra una persona con discapacidad.” (NR)

Artículo 45. El artículo 152 de la Ley N° 7.210, de 11 de julio de 1984 (Ley de Ejecución Penal), quedará redactado como sigue:

Artículo 152.

Párrafo único. En casos de violencia doméstica contra la mujer, el juez podrá ordenar la asistencia obligatoria del agresor a programas de recuperación y reeducación. (NR)

Artículo 46. Esta Ley entrará en vigor 45 (cuarenta y cinco) días después de su publicación. Brasilia, 7 de agosto de 2006; 185° año de la Independencia y 118° año de la República.

Luiz Inácio Lula da Silva

Dilma Rousseff

Este texto no reemplaza al publicado en el Boletín Oficial del 8/8/2006.





CLÍNICA
DE DIREITOS
UFC

JUSTIÇA E AUTONOMIA



INSTITUTO
DE ARQUITETURA
E URBANISMO
E DESIGN



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

MINISTÉRIO DAS
MULHERES



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

@juaclinicaodedireitosufc
www.juaclinicadedireitosufc.com.br